



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Sargento Portugal

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024
(Do Sr.Sargento Portugal)

Apresentação: 23/10/2024 10:56:54.563 - Mesa

PL n.4052/2024

Altera o artigo 14, 15, 16 e 17 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para prever o aumento das penas no caso de crime cometido com emprego de arma de fogo furtada ou roubada de agente de segurança pública e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 14 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido do §2º com a seguinte redação:

Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido

“Art.14.....
.....

§ 2º Se o crime previsto neste artigo for cometido com emprego de arma de fogo furtada ou roubada de agente de segurança pública elencado no art. 144 da Constituição Federal, de guardas municipais e de agentes socioeducativos, aplica-se em triplo a pena máxima prevista no *caput* deste artigo.”(NR)

Art. 2º O artigo 15 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido do §2º com a seguinte redação:

Disparo de arma de fogo

“Art.15.
.....

§2º Se o crime previsto neste artigo for cometido com emprego de arma de fogo furtada ou roubada de agente de segurança pública elencado no art. 144 da Constituição Federal, de guardas



* C D 2 4 5 4 5 1 8 3 6 1 0 0 *

municipais e de agentes socioeducativos, aplica-se em triplo a pena máxima prevista no *caput* deste artigo.”(NR)

Art. 3º O artigo 16 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido do §3º com a seguinte redação:

Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito

“Art.16.....

.....

§3º Se o crime previsto neste artigo for cometido com emprego de arma de fogo furtada ou roubada de agente de segurança pública elencado no art. 144 da Constituição Federal, de guardas municipais e de agentes socioeducativos, aplica-se em triplo a pena máxima prevista no *caput* deste artigo.”(NR)

Art. 4º O artigo 17 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido do §3º com a seguinte redação:

Comércio ilegal de arma de fogo

“Art.17.....

.....

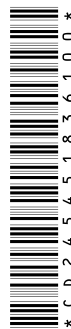
§3º Se o crime previsto neste artigo for cometido com emprego de arma de fogo furtada ou roubada de agente de segurança pública elencado no art. 144 da Constituição Federal, de guardas municipais e de agentes socioeducativos, aplica-se em triplo a pena máxima prevista no *caput* deste artigo.”(NR)

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A alteração da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, proposta nesta proposição visa criar penas para quem cometer crime com arma de fogo furtada e/ou roubada de agentes de segurança pública, tornando-as mais condizentes com a realidade atual, onde à maioria dos criminosos que cometem tais crimes sequer ficam presos, pois as penas aplicadas são brandas demais.

O endurecimento dessa e de outras penas se adequam à realidade atual do Brasil, onde em todos os Estados da Federação há um aumento gradual e sucessivo de crimes e violências em contrapartida aos aumentos também graduais e sucessivos, realizados pelos entes federativos municipais, estaduais e federais nos investimentos de cunho “Bem Estar Social”.



Chegamos à conclusão de que os infratores estão sujeitos a infrações penais, mas as penas são insuficientes, causando a impressão de que o “crime compensa”. O sentimento de impunidade causa a impressão de que a proteção ao cidadão de bem muitas das vezes é negligenciado pelo Poder Público. O abrandamento excessivo das penas é um fator primordial para o cometimento contínuo de crimes e violências.

Por fim, os roubos e furtos de armas de fogo de agentes de segurança pública estão cada vez mais comuns no Brasil e não raro, esses crimes levam a óbito o proprietário dessa arma de fogo, já que o marginal da lei rouba e mata esses agentes justamente para se apossar ilegalmente desta arma de fogo e usá-la para cometer mais crimes contra a população pacífica e ordeira desta Nação.

O recrudescimento das penas é necessário para desmotivar aquele que tem a intenção de cometer o delito, além de evitar a alta taxa de reincidência carcerária.

A proposta está em consonância com as demandas da sociedade e das mudanças sociais, estando em busca de modernização desta, principalmente pela revisão das penas, que são extremamente brandas.

Ante o exposto, e certo da importância da presente iniciativa para o aprimoramento da ordem jurídica e da arquitetura institucional de nosso País, espero contar com o apoio de meus Nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, de de 2024.

SARGENTO PORTUGAL
Deputado Federal PODE/RJ

